

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0294 – 13/03 à 17/03/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos do Mercado de Trabalho

Destaque da Semana

[Decisão do TST pode alterar aplicação da reforma aos contratos de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 18/03/2023

Conforme divulgado recentemente, a SBDI 1 (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais) do TST (Tribunal Superior do Trabalho), em 2/2/2023, suspendeu a proclamação do resultado do julgamento do processo em que se discutia a aplicação da reforma trabalhista — Lei nº 13.467/2017 — aos contratos de trabalho já vigentes quando de sua entrada em vigor e o encaminhou ao Tribunal Pleno para deliberação sobre a questão controvertida (E-RR-528-80.2018.5.14.0004, julgado em 2/2/2023).

Isso porque os membros da subseção, em sua maioria, encaminharam seus votos pela não aplicação da Lei nº 13.467/2017 aos contratos anteriores à sua vigência em oposição ao que vem sendo entendido pelas 1ª, 4ª, 5ª, 7ª e 8ª Turmas do TST.

Aqueles que defendem a impossibilidade de aplicação da nova Lei aos contratos em curso, em síntese, sustentam que haveria direito adquirido e ato jurídico perfeito com relação às regras anteriores aos contratos vigentes quando da entrada da reforma trabalhista e que entendimento em sentido contrário violaria o princípio da condição mais benéfica ao empregado (artigo 7º, VI, CF/88, artigo 468 da CLT e Súmula 51 do TST).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mês da Mulher: STF afasta cobrança da contribuição previdenciária patronal sobre salário-maternidade](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/03/2023

Em agosto de 2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é inconstitucional a cobrança da contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade. A decisão foi tomada, por maioria de votos, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 576967, com repercussão geral (Tema 72). O salário-maternidade é pago pela Previdência Social à segurada durante os 120 dias da licença-maternidade. Segundo o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, como a empregada está afastada de suas funções, a parcela é um benefício previdenciário e, portanto, não pode ser considerada contraprestação pelo trabalho ou retribuição em razão do contrato de trabalho.

[Mês da Mulher: gestante tem direito à estabilidade, mesmo sem conhecimento prévio do empregador](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/03/2023

Em outubro de 2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a gravidez anterior à dispensa sem justa causa é requisito suficiente para assegurar à trabalhadora o direito à estabilidade da gestante, independentemente de prévio conhecimento da mulher ou de comunicação ao empregador. Por maioria, seguindo o voto do ministro Alexandre de Moraes, a Corte negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 629053, com repercussão geral (Tema 497), interposto por uma empresa da área de serviços gerais que pretendia se eximir do pagamento da indenização substitutiva a uma gestante dispensada sem justa causa.

[DPU pede regulamentação de expropriação de propriedades com trabalho análogo à escravidão](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/03/2023

A Defensoria Pública da União (DPU) pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) determine ao Congresso Nacional a regulamentação do artigo 243 da Constituição Federal, que trata da expropriação de propriedades rurais e urbanas onde for constatada a exploração de trabalho análogo à escravidão. O dispositivo destina esses locais à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções. O tema é objeto do Mandado de Injunção (MI) 7440, distribuído ao ministro Luiz Fux.

[Mês da Mulher: contagem da licença-maternidade começa a partir da alta da mãe ou do recém-nascido](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/03/2023

Em outubro de 2022, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, em sessão virtual, que o marco inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade é a alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido - o que ocorrer por último. A medida se restringe aos casos mais graves, em que as internações excedam duas semanas. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6327, em que o partido Solidariedade questionava dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) referente ao afastamento da gestante e regra da Lei 8.213/1991 sobre pagamento da licença-maternidade. Ao julgar o mérito da ação, o colegiado tornou definitiva a liminar anteriormente deferida no mesmo sentido.

[Obra reúne decisões emblemáticas do STF sobre direitos da mulher](#)

Supremo Tribunal Federal - 13/03/2023

Foi lançado na sexta-feira (10), no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o "[Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Concretizando Direitos Humanos – Direitos da Mulher](#)". A publicação traz 13 decisões emblemáticas da Corte sobre os direitos das mulheres que contribuíram para o combate à violência e à discriminação contra a mulher e para a proteção e a promoção da igualdade de gênero.

[Motorista de ônibus será indenizado após sofrer assaltos e ver colega ser assassinado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/03/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a sentença que condenara a Transportes Guanabara Ltda., de São Gonçalo do Amarante (RN), ao pagamento de indenização por danos morais no valor R\$ 3 mil em razão dos assaltos sofridos por um motorista de transporte coletivo. A decisão do colegiado que acolheu a pretensão do trabalhador está fundamentada na jurisprudência do TST acerca da matéria.

[Inspetor dispensado após promoção será indenizado por expectativa frustrada de remanejamento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/03/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de um inspetor de qualidade da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. a reparação de R\$ 5 mil pela frustração de sua expectativa de remanejamento. A promessa da empresa de mantê-lo no emprego, caso o novo setor para onde ele fora promovido não desse certo, não foi cumprida. Para o colegiado, a conduta foi abusiva.

[Notícias do TST passam a ser enviadas por comunidade do WhatsApp](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2023

O Tribunal Superior do Trabalho conta com um novo canal para o público que deseja ficar por dentro das notícias do TST e das informações mais relevantes da Justiça do Trabalho: a Comunidade do TST no WhatsApp. O recurso, ativo desde 10/3, substituiu a lista de transmissão, serviço que enviava notícias para usuários cadastrados e foi desativado. O recurso Comunidades foi lançado pelo WhatsApp no Brasil em 26 de janeiro. O TST aderiu à nova solução porque as diretrizes de segurança do aplicativo impedem e bloqueiam o envio de mensagens em massa. A ferramenta também assegura ao usuário a liberdade de ingressar e sair do grupo a qualquer tempo.

[Publicação no Diário Eletrônico deve prevalecer para contagem de prazo processual](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2023

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão da Sexta Turma que havia rejeitado o exame de recurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) cuja interposição foi considerada fora do prazo. Para o colegiado, a referência para a contagem do prazo recursal deve ser a publicação da decisão no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), e não a intimação pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Notícias do Executivo

[Inspeção do Trabalho interdita obra de recapeamento da BR-242, entre Lajedinho e Itaberaba, na Bahia](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/03/2023

A Inspeção do Trabalho na Bahia interditou as obras de recapeamento da BR-242, no trecho de Lajedinho à Itaberaba, após uma auditoria fiscal ocorrida nos dias 14 e 15 de março último, identificar diversas irregularidades trabalhistas. As frentes de serviço não possuíam estrutura de apoio, como água, local de refeição e instalações sanitárias, tendo os trabalhadores de realizar suas refeições em locais inadequados, às margens da rodovia. As necessidades fisiológicas também eram feitas ao ar livre, na beira da rodovia, trazendo riscos à saúde e integridade física dos trabalhadores, como infecções e atropelamentos.

[Canais oficiais de Comunicação do MTE e MPS](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/03/2023

O Ministério da Previdência Social já tem um novo endereço eletrônico: gov.br/previdencia. Já o do Ministério do Trabalho e Emprego, temporariamente, continuará com o endereço gov.br/trabalho-e-previdencia. A nova configuração ministerial, estabelecida a partir de decretos assinados pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ato de sua posse, em 1º de janeiro de 2023 – estabeleceu o status de ministério às pastas que antes integravam o Ministério do Trabalho e Previdência.

[Publicada resolução com novo teto para operações consignadas em benefícios do INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 15/03/2023

Foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (15) a [Resolução nº 1.350 do Conselho Nacional de Previdência Social \(CNPS\)](#), que fixa o teto máximo de juros ao mês para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário em 1,70%. Para as operações realizadas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, a taxa máxima passa a ser de 2,62%. A resolução determina ao INSS a mudança dos atos normativos para a operacionalização das novas taxas.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e governo do RS firmam acordo de cooperação técnica para o combate ao trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/03/2023

O Ministério Público do Trabalho e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul assinaram na manhã desta sexta-feira, dia 17, no Salão Alberto Pasqualini do Palácio Piratini, um acordo de cooperação interinstitucional para o combate ao trabalho em circunstâncias análogas à escravidão. O acordo prevê compartilhamento de informações e de recursos humanos, dentro das atribuições de cada instituição, para a elaboração de planos de trabalho conjuntos para o combate ao problema.

[Estado do Maranhão é condenado a pagar R\\$ 15 milhões de dano moral coletivo](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/03/2023

O Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra o Estado do Maranhão por omissão nas fiscalizações de empresas terceirizadas. Na decisão, a Justiça do Trabalho determinou o pagamento de R\$ 15 milhões em danos morais coletivos e o cumprimento de diversas obrigações de fazer e não fazer pelo governo estadual.

[MPT promove no próximo dia 24 capacitação sobre segurança e saúde nas escolas](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/03/2023

No próximo dia 24 de março acontecerá a Oficina de Capacitação Nacional da Rede de Educação destinada à implementação do Projeto "MPT na Escola: Segurança e

Saúde nas Escolas”. A transmissão será ao vivo, às 14h, no canal do MPT-RJ no YouTube.

[CTPS digital: População vulnerável enfrenta dificuldades para acessar informações trabalhistas](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/03/2023

À margem das facilidades advindas das inovações tecnológicas, como obter documentos “com um clique”, cidadãos vulneráveis, que não possuem smartphones e computadores, ou sequer têm acesso à internet, estão impedidos de visualizar as informações que constam na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O documento oficial, em suma, registra a vida profissional do trabalhador e garante o acesso aos direitos trabalhistas previstos em lei, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT participa de retomada do debate do Estatuto do Trabalho, na CDH do Senado Federal](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/03/2023

Representando o SINAIT, o Auditor-Fiscal do Trabalho Alex Myller participou nesta quinta-feira, 16 de março, da retomada do debate sobre o Estatuto do Trabalho, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. A proposta, que tem o SINAIT como coautor, tramita no colegiado como Sugestão nº 12/2018. O texto é resultado de debates com representantes de empregados, trabalhadores e especialistas em relações trabalhistas, ocorridos em 2017 e 2018. Além do SINAIT, são coautores da matéria a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

[Auditor-Fiscal Luiz Felipe Brandão de Mello é o novo secretário de Inspeção do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/03/2023

O novo secretário de Inspeção do Trabalho (SIT) é o Auditor-Fiscal do Trabalho Luiz Felipe Brandão de Mello. A nomeação foi publicada nesta sexta-feira, 17 de março, no Diário Oficial da União. Luiz Felipe é gaúcho de Porto Alegre e é Auditor-Fiscal do Trabalho desde janeiro de 1996. Em 2012, foi nomeado como secretário da SIT. Além da experiência no setor, articulou na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Sul (SRTE/RS) a criação da Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo (Coetrae-RS), entre outras ações no Estado.

[Em reunião da Conatrae, SINAIT cobra concurso, recomposição e mais orçamento para fiscalização do trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/03/2023

Em reunião extraordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), a diretora do SINAIT Vera Jatobá cobrou concurso público, recomposição da comissão e mais orçamento para a Fiscalização do Trabalho. Na ocasião, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Sílvio Almeida, lembrou a Chacina de Unaí, e a importância da fiscalização do trabalho para o país. Na pauta do encontro, as gestões desenvolvidas para o resgate dos 207 trabalhadores no cultivo da uva, em Bento Gonçalves (RS). O encontro, em formato híbrido, ocorreu nesta segunda-feira, 13 de março, no MDHC em Brasília.

[SINAIT busca apoio da deputada Luciene Cavalcante \(Psol-SP\)](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/03/2023

O presidente do Sindicato explicou e esclareceu algumas das atribuições dos Auditores-Fiscais do Trabalho, entre elas, o combate ao trabalho escravo e infantil, a inserção de jovens na aprendizagem, a fiscalização das condições de segurança e saúde nos ambientes de trabalho. Ele citou ainda uma das prerrogativas dos Auditores, que está sob ameaça constante. “O embargo e interdição não é uma punição, mas protege a vida do trabalhador. Há tentativas frequentes de nomear pessoas de fora da carreira, sem conhecimento técnico, para o cargo de superintendente, que têm, em alguns estados, o poder de determinar o embargo e/ou interdição”, explicou. O presidente da entidade também falou dos prejuízos que as reformas trabalhistas dos últimos anos trouxeram aos trabalhadores.

Outras Notícias

[A jornada de trabalho 12x36 e a ADI 5994](#)

Consultor Jurídico - 17/03/2023

A jornada de trabalho de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso voltou à pauta de discussão trabalhista com a reforma trabalhista implementada pela Lei 13.467/2017, com início de vigência em 11 de novembro daquele ano. Apesar de ser bastante comum em atividades que não podem sofrer interrupções, como segurança e hospitalar, passou a ser efetivamente regulamentada apenas após a promulgação da Constituição em 1988.

[Acidente no transporte ao trabalho não é responsabilidade do empregador](#)

Consultor Jurídico - 17/03/2023

O fornecimento de transporte para o trajeto entre a residência do empregado e o seu local de trabalho não caracteriza risco. Assim, eventuais acidentes no traslado que ocorram por culpa do trabalhador não são de responsabilidade objetiva do empregador. Com base nesse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) confirmou a decisão que julgou improcedentes os pedidos de danos morais e materiais de uma trabalhadora que sofreu acidente no transporte para o trabalho.

[Incompatibilidade de realização de exame de HIV e toxicológico para contratação](#)

Consultor Jurídico - 17/03/2023

Em recente acórdão publicado anteontem (15/3), os ministros da 1ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho), no Ag-RRAg 1760-26.2017.5.06.0121, por unanimidade,

conheceram e deram provimento ao recurso de revista do reclamante por entender incompatível com o exercício da função de auxiliar de cozinha, a exigência de exames de HIV e toxicológico, no momento da contratação do empregado.

[O trabalho de cuidado e a importância da ratificação da Convenção 156, da OIT](#)

Consultor Jurídico - 17/03/2023

No Brasil, segundo dados oficiais apurados pelo IBGE, dos 12 milhões de desempregados, 6,5 milhões são mulheres, ou seja, a taxa de desocupação de mulheres é de 54,4% e mesmo as que já estão empregadas continuam a receber remuneração em média 20,5% inferior a dos homens. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 606 milhões de mulheres reconhecem que as atividades desenvolvidas no chamado “trabalho de cuidado” transformam-se em obstáculo na busca de vagas de emprego, seja no início de suas carreiras, seja no retorno após um período de afastamento, aqui abordado o trabalho de cuidado em sua expressão não remunerada, como as responsabilidades que recaem em decorrência do apoio familiar destinado a pais idosos, familiares com deficiência, assim como o período dedicado ao nascimento dos filhos, entre outras.

[STF x TST: quem prevalece na análise de questões trabalhistas?](#)

Consultor Jurídico - 16/03/2023

Em recente palestra proferida na abertura do ano letivo da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, mais especificamente no último dia 3 de março, o respeitado processualista civil Luiz Guilherme Marinoni, professor titular de Direito Processual Civil da UFPR (Universidade Federal do Paraná), levantou um tema de grande discussão na área trabalhista, qual seja, quem é competente para dar a última palavra a respeito da interpretação da norma trabalhista segundo a Constituição, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou o Supremo Tribunal Federal (STF)?

[Devedor trabalhista que teve CNH cassada recupera direito de dirigir](#)

Consultor Jurídico - 16/03/2023

De acordo com o artigo 5º, XV e XIII da Constituição Federal, a suspensão de CNH em casos de dívida trabalhista viola o direito de se locomover livremente. Com este

entendimento, a Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) concedeu liminar em sede de Mandado de Segurança para derrubar a restrição sobre a habilitação de um empresário devedor em processo trabalhista.

[Estabilidade provisória da empregada gestante submetida a contrato a termo](#)

Consultor Jurídico - 16/03/2023

As gestantes, quer se cuide de contratação a termo, quer se trate de contratação sem prazo determinado, têm direito público subjetivo à garantia de emprego, desde a concepção até cinco meses após o parto (artigo 10, II, “b”, ADCT). A assertiva foi reconhecida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) que, garantindo a efetividade dos direitos sociais e humanos do trabalhador, conferiu ao item III da Súmula 244 nova redação: “A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no artigo 10, inciso II, alínea ‘b’, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.”

[Terceirização, lista suja e o combate ao trabalho análogo à escravidão](#)

Consultor Jurídico - 16/03/2023

Após a enorme repercussão do resgate de dezenas de trabalhadores que se encontravam em situação análoga à escravidão nas vinícolas brasileiras, em Bento Gonçalves, e que desempenhavam as suas atividades por intermédio de serviços terceirizados, outros casos semelhantes passaram a ser noticiados pela imprensa. Com efeito, ressurgiu neste atual contexto a discussão a respeito da precarização da mão de obra por intermédio do trabalho terceirizado que, hodiernamente, é plenamente admitida pelo Supremo Tribunal Federal.

[LGPD e direito à proteção de dados na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 15/03/2023

Com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709 de 2018) e a recente inserção do direito à proteção de dados pessoais como garantia fundamental na Constituição (Emenda Constitucional 115 de 2022), especulou-se muito sobre os impactos da nova legislação ao Direito do Trabalho e a recepção destes dispositivos pela Justiça do Trabalho.

[Incertezas regulatórias do PAT: insegurança jurídica, litigiosidade e concorrência](#)

Consultor Jurídico - 15/03/2023

Passados mais de 45 anos da criação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), é natural que legislação venha a exigir mudanças, visando bem adequar o paradigma legislativo às tendências contemporâneas do trabalho humano e aos novos modelos de negócios surgidos pelo impacto da tecnologia. Objetivamente, a Lei 6.321/1976 — que instituiu o PAT — estabeleceu um regime jurídico híbrido, elevando o primado da boa alimentação do trabalhador com correlato incentivo fiscal às empresas vinculadas ao programa socioalimentar. Trata-se, portanto, de norma de viés social que se projeta sobre a atividade produtiva e, elevando preceitos de boa cidadania corporativa, através de benefício fiscal correspondente, estimula o setor empresarial a capitanear ações e iniciativas com vistas à saudável alimentação dos colaboradores e de suas famílias.

[Adaptações necessárias ao e-Social de reclamação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2023

A partir de 1º de abril o recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais deixará de ser realizado através da GFIP (guia de recolhimento) e passará a ser pago através de guia Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) que será emitida após o envio DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos), através do sistema e-Social.

[Medidas a serem adotadas a partir da vigência da Lei nº 14.457/2022](#)

Consultor Jurídico - 13/03/2023

A Lei nº 14.457/2022, em vigor desde setembro de 2022, instituiu o Programa Emprega + Mulheres e trouxe importantes alterações à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o fim de garantir não só que o mercado seja mais inclusivo e atento à mulher, mas também que o ambiente de trabalho se faça equânime e seguro. Uma das alterações a merecer atenção do empregador é a prevista em seu Capítulo VII, mais especificamente no artigo 23, o qual estabelece medidas a serem adotadas para a prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência do âmbito do trabalho, atribuindo novas competências à Cipa, órgão que passou a ser denominado Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio.

[Advogado é condenado por litigância de má-fé por mentir em processo](#)

Consultor Jurídico - 13/03/2023

O juiz Cleverton Oliveira Alarcon Lima, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo), condenou um advogado por litigância de má-fé por apresentar em juízo informações desmentidas por seu próprio cliente. Ao fundamentar a decisão, o magistrado citou o inciso II do parágrafo único do artigo 2º do Código de Ética da OAB, que determina que é dever, e não faculdade, do advogado atuar com veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé.

[Funcionária que sofreu assédio sexual do coordenador será indenizada](#)

Migalhas - 19/03/2023

A Justiça do Trabalho determinou o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 15 mil à trabalhadora vítima de assédio sexual do coordenador de setor de uma empresa na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Sustentou que os assédios ocorreram “por meio de mensagens de texto, passadas de mão nas pernas, entre outras situações vexatórias”. A decisão é dos desembargadores da 6ª turma do TRT-3.

[TRT-4: Dona de obra indenizará pedreiro autônomo que caiu de telhado](#)

Migalhas - 19/03/2023

Pedreiro que sofreu queda enquanto consertava o telhado de uma casa deverá ser indenizado pela dona do imóvel. A decisão da 7ª turma do TRT da 4ª região reconheceu, de forma unânime, a culpa concorrente da tomadora do serviço e do autônomo. O colegiado fixou em R\$ 2 mil a reparação por danos morais e determinou um pensionamento vitalício de R\$ 187 pelos danos materiais.

[Obesidade: Ônus de provar discriminação em dispensa é do trabalhador](#)

Migalhas - 18/03/2023

Quando um trabalhador considerar que foi vítima de uma dispensa discriminatória por conta de obesidade, caberá a ele comprovar o fato perante a Justiça do Trabalho. Segundo entendimento da 2ª turma do TRT da 18ª região, a obesidade, ainda que se

trate de doença grave, não é considerada causadora de estigma ou preconceito capaz de atrair a presunção de dispensa discriminatória prevista na [súmula 443](#) do TST.

[Empresa indenizará funcionária por demora no uso de nome social](#)

Migalhas - 17/03/2023

Funcionária transgênero que teve dificuldade para alterar seu nome nos cadastros da empresa em que trabalhava será indenizada por danos morais e terá reversão do pedido de demissão. A decisão é do juiz do Trabalho Henrique Macedo Hinz, da 2ª vara de Limeira/SP. A trabalhadora alegou que teve acesso ao RG com seu nome social feminino e em outubro de 2021, requereu que a empresa atualizasse em todos os seus registros o seu novo nome, sendo que até julho de 2022 isso não havia ocorrido, criando diversas situações que geraram enorme constrangimento para ela.

[CNJ aprova resolução para julgamento com perspectiva de gênero](#)

Migalhas - 14/03/2023

Nesta terça-feira, 14, o plenário do CNJ, em mais uma iniciativa para fortalecer a participação da mulher na sociedade e no Poder Judiciário, aprovou a criação de uma resolução para estabelecer a aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero em todos os ramos de Justiça e regiões do país. Até então, o protocolo existente era uma recomendação aos tribunais. [Lançado em outubro de 2021](#), o protocolo fomenta a adoção da imparcialidade no julgamento de casos de violência contra mulheres evitando avaliações baseadas em estereótipos e preconceitos existentes na sociedade e promovendo postura ativa de desconstrução e superação de desigualdades históricas e de discriminação de gênero.

[TRT-3 nega penhora de FGTS e PIS para pagamento de dívida trabalhista](#)

Migalhas - 13/03/2023

Os julgadores da 7ª turma do TRT da 3ª região, por unanimidade, rejeitaram a pretensão do credor (detentor do crédito) quanto à penhora do saldo do FGTS e do PIS do devedor, para pagamento da dívida em processo de execução trabalhista. A decisão se baseou no parágrafo 2º do art. 2º da lei 8.036/90, segundo o qual “as contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis”.

[OIT: Garantir o trabalho decente para os trabalhadores e as trabalhadoras essenciais](#)

Organização Internacional do Trabalho - 15/03/2023

Os países precisam melhorar as condições de trabalho e renda dos trabalhadores e das trabalhadoras essenciais – que desempenharam um papel chave durante a crise da COVID-19 - para refletir plenamente sua contribuição para a sociedade e sua importância no funcionamento diário das economias, segundo um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[Diretor-geral da OIT alerta para o aumento das desigualdades no mundo e destaca a necessidade de uma coalizão global pela justiça social](#)

Organização Internacional do Trabalho - 14/03/2023

O diretor-geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, alertou para um aumento preocupante das desigualdades em todo o mundo, associado a uma alta da inflação, à elevação do custo de vida, ao aumento da pobreza e à crise da dívida em países de rendas baixa e média. Falando na sessão de abertura do Conselho de Administração da OIT, Houngbo disse que isso confirma a necessidade urgente de lançar uma Coalizão Global pela Justiça Social.

[Democracia e Diálogo Social integram o tema para 2023/2024 do Programa Trabalho Seguro da JT](#)

Revista Proteção - 16/03/2023

O Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho definiu a “Democracia e Diálogo Social como ferramentas para construção de meio ambiente de trabalho saudável e seguro” como tema para o biênio 2023/2024. O tema foi apresentado na última sexta-feira (10), em reunião do Comitê Gestor Nacional com as gestoras e os gestores regionais do programa. Pelo TRT-15, participaram da reunião telepresencial os gestores regionais, desembargador Edmundo Fraga Lopes (segundo grau), também coordenador do Comitê Regional do Trabalho Seguro da 15ª, e o juiz Marcos da Silva Pôrto (gestor de primeiro grau). No encontro, também foram apresentadas as metas regionais e debatidos outros assuntos, como ações do Programa no âmbito dos TRTs; metas nacionais x metas regionais; agenda do trabalho decente; e ações regionais e participação dos gestores nacionais.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.136, DE 13 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 15/03/2023 Seção I Pág. 16) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021, e a Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, que regulamentam os processos de consulta no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

[RESOLUÇÃO CNPS/MTP Nº 1.350, DE 13 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 15/03/2023 Seção I Pág. 58) - Recomenda que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fixe o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, em um inteiro e setenta centésimos por cento (1,70%) e, para as operações realizadas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, em dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento (2,62%);

[RESOLUÇÃO CFM Nº 2.330, DE 3 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 15/03/2023 Seção I Pág. 112) - Homologa a Portaria CME nº 1/2023, que atualiza a relação de especialidades e áreas de atuação médicas aprovadas pela Comissão Mista de Especialidades;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 144, DE 15 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 16/03/2023 Seção I Pág. 321) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2023](#) (DOU de 17/03/2023 Seção I Pág. 02) - O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela

Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022, publicada em edição extra do Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias;

[PORTARIA Nº 2.040, DE 16 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 17/03/2023 Seção II Pág. 01)

- Designa LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO, para exercer a função de Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, código FCE 1.17;

[PORTARIA Nº 2.041, DE 16 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 17/03/2023 Seção II Pág. 01) -

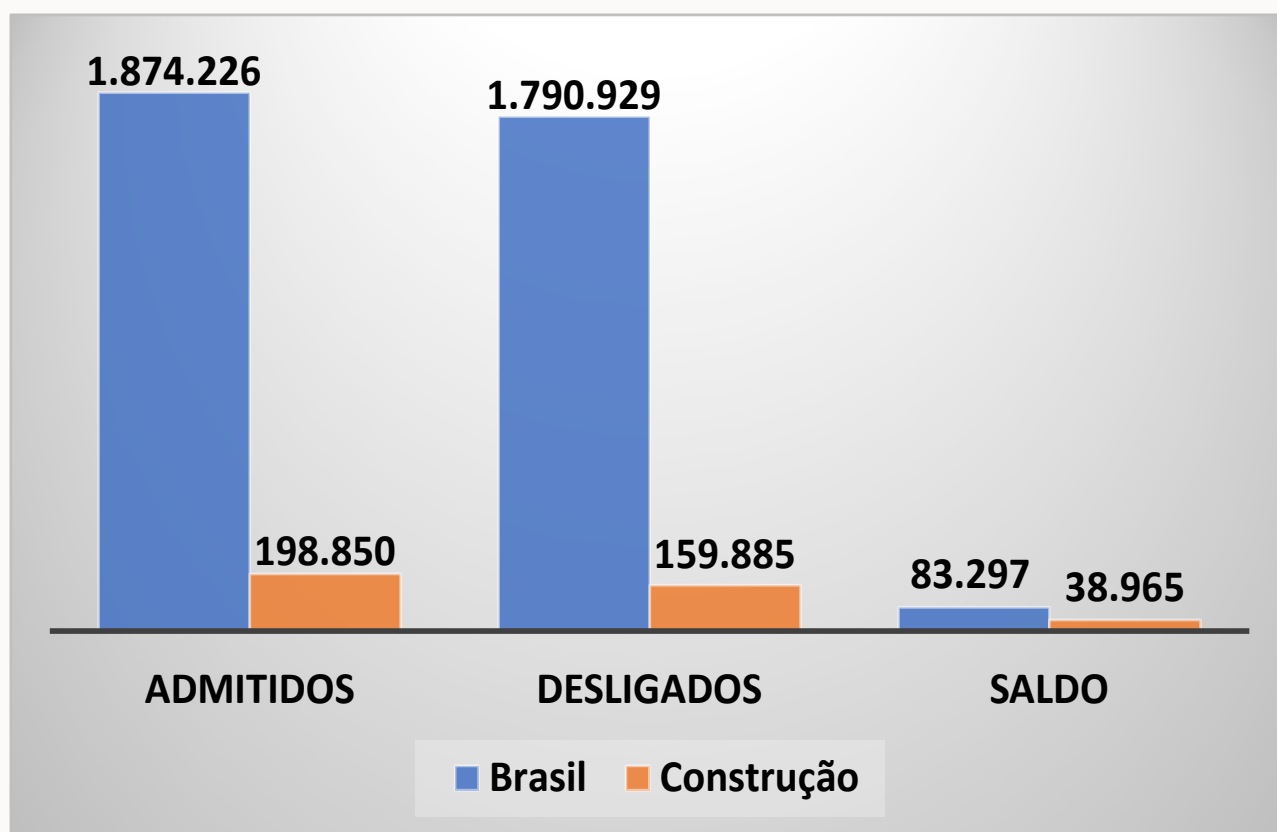
Nomeia MAGNO ROGERIO CARVALHO LAVIGNE, para exercer o cargo de Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego, código CCE 1.17.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos do Mercado de Trabalho

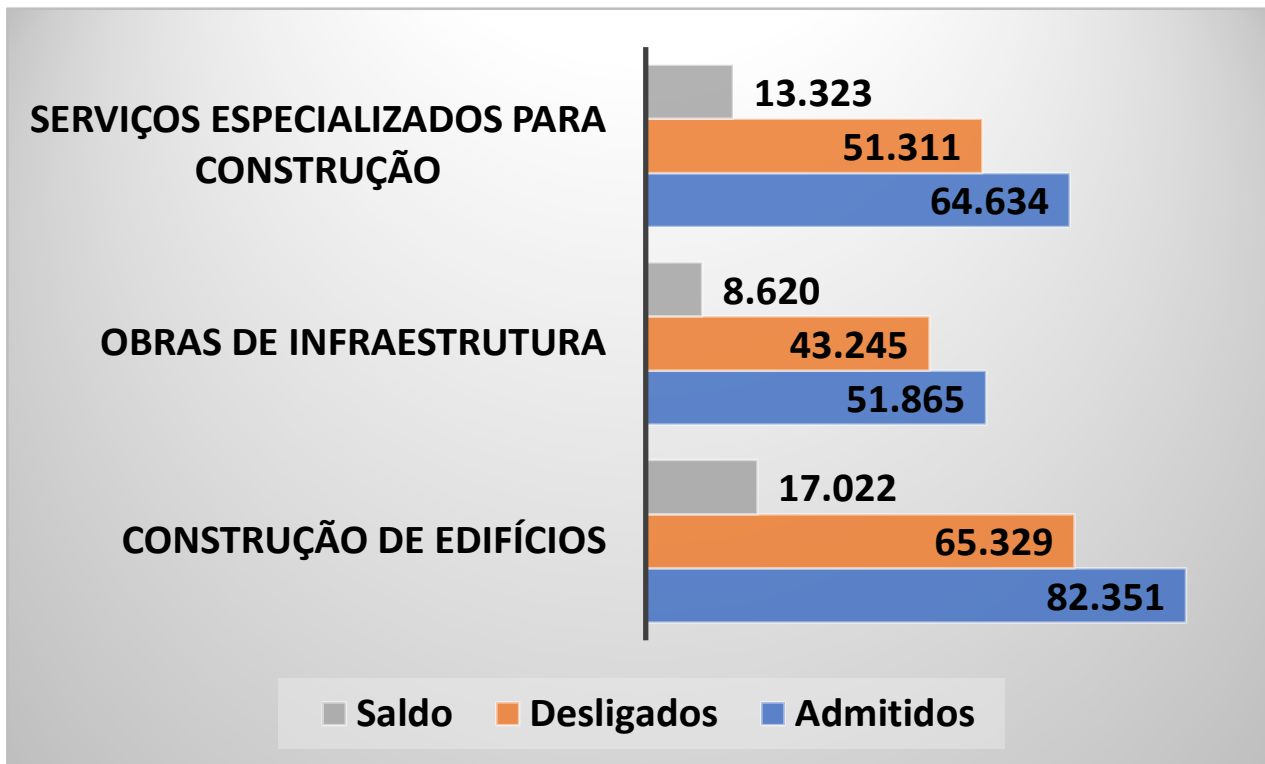
Informações do setor da Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) referente ao mês de janeiro de 2023 extraídas do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

*Dados com ajustes declarados até janeiro de 2023

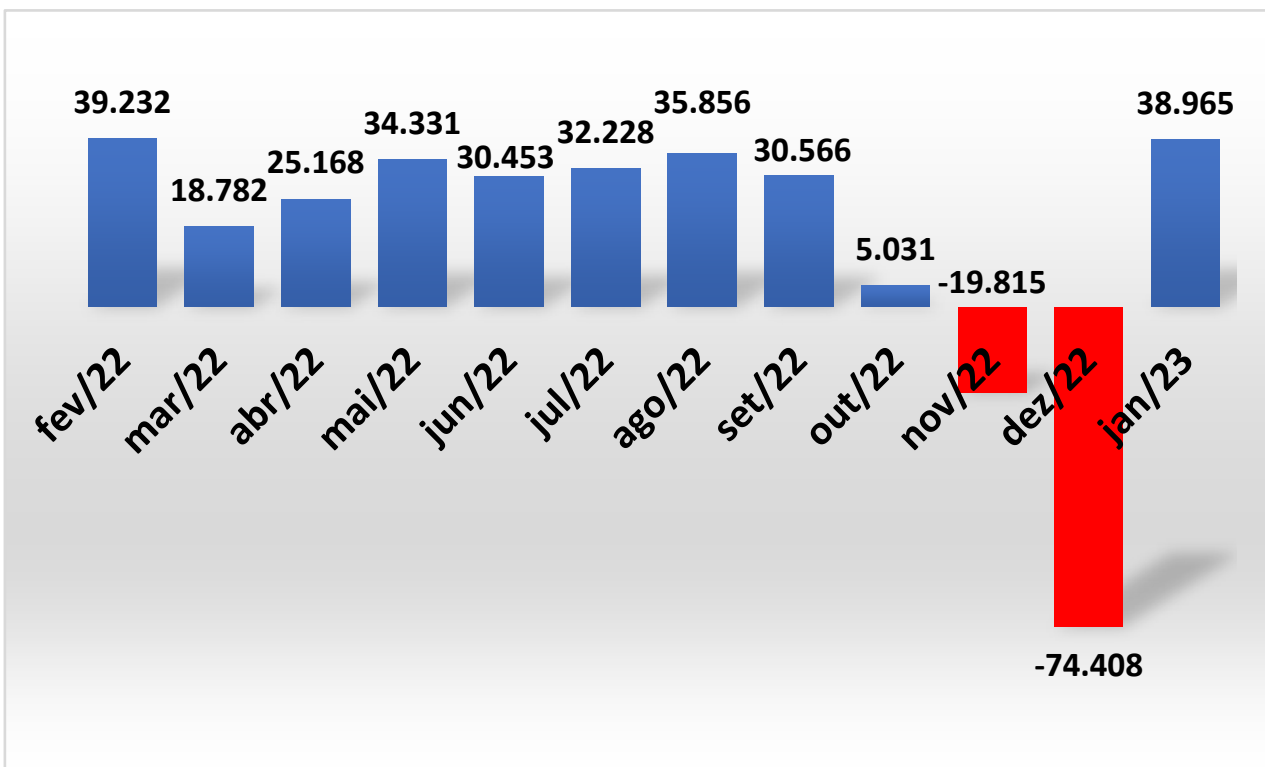


Fonte: Novo CAGED/MTE

Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Janeiro 2023)



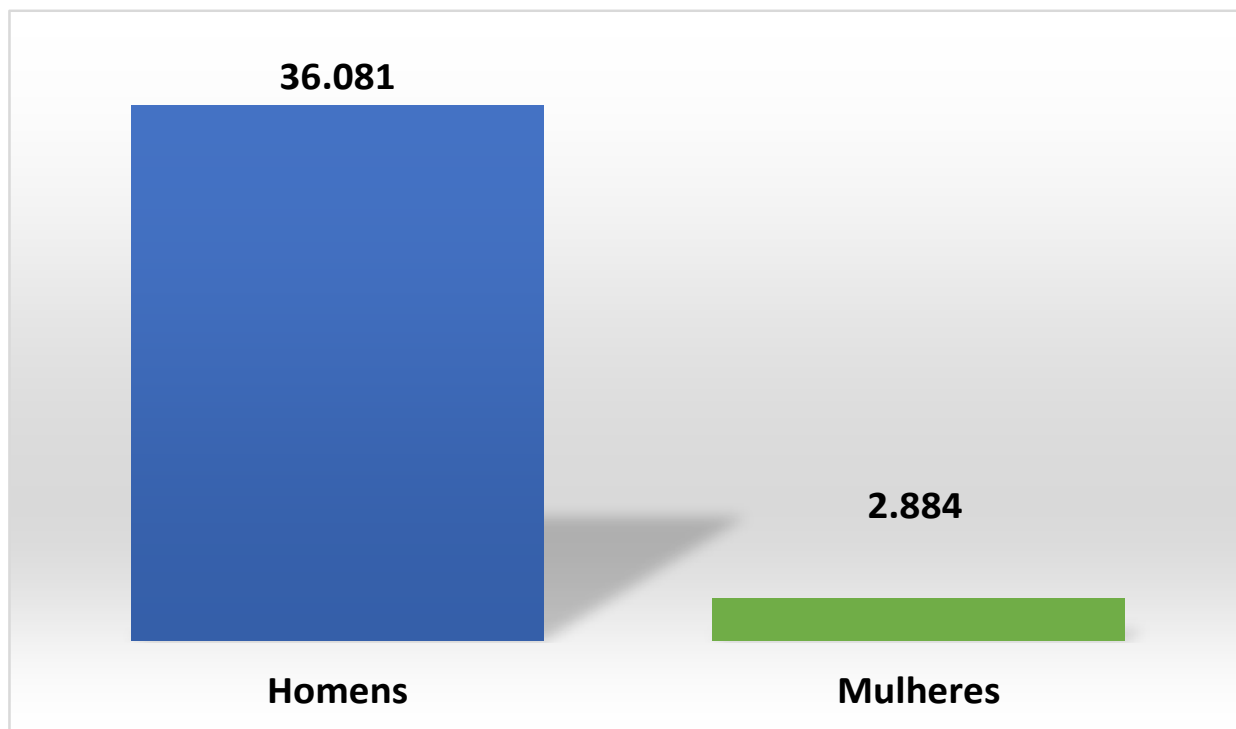
Evolução do Saldo da Geração de Emprego na Construção nos últimos 12 meses



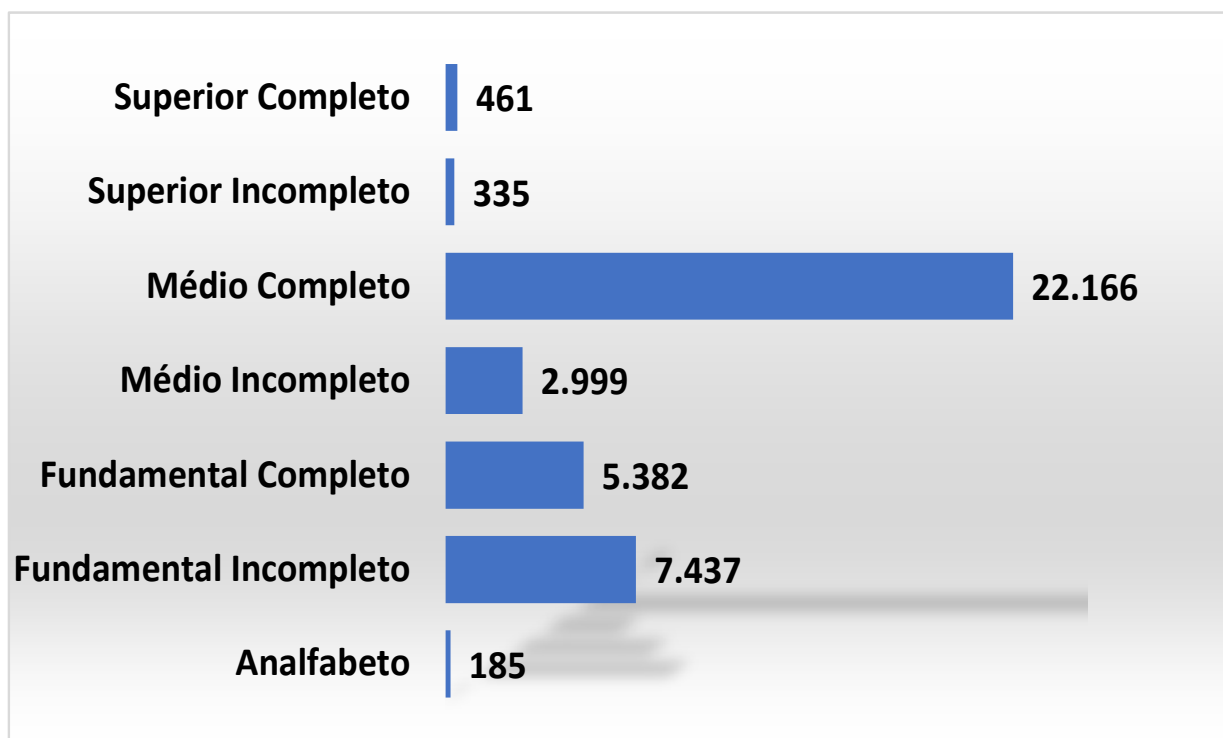
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
 (Janeiro 2023)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	9.244	11.327	-2.083
Rondônia	750	737	13
Acre	385	391	-6
Amazonas	1.516	1.901	-385
Roraima	353	450	-97
Pará	4.902	6.403	-1.501
Amapá	351	514	-163
Tocantins	987	931	56
NORDESTE	33.150	29.905	3.245
Maranhão	2.629	3.151	-522
Piauí	1.627	1.414	213
Ceará	5.230	4.890	340
Rio Grande do Norte	2.375	2.108	267
Paraíba	2.425	2.239	186
Pernambuco	4.498	4.245	253
Alagoas	1.652	1.594	58
Sergipe	1.493	1.116	377
Bahia	11.221	9.148	2.073
SUDESTE	98.910	76.917	21.993
Minas Gerais	25.066	21.840	3.226
Espírito Santo	5.064	3.858	1.206
Rio de Janeiro	11.070	8.872	2.198
São Paulo	57.710	42.347	15.363
SUL	36.440	27.165	9.275
Paraná	13.655	10.153	3.502
Santa Catarina	12.550	8.967	3.583
Rio Grande do Sul	10.235	8.045	2.190
CENTRO-OESTE	21.087	14.549	6.538
Mato Grosso do Sul	3.931	2.228	1.703
Mato Grosso	4.514	3.522	992
Goiás	8.362	5.925	2.437
Distrito Federal	4.280	2.874	1.406
NÃO IDENTIFICADO	19	22	-3
TOTAL	198.850	159.885	38.965

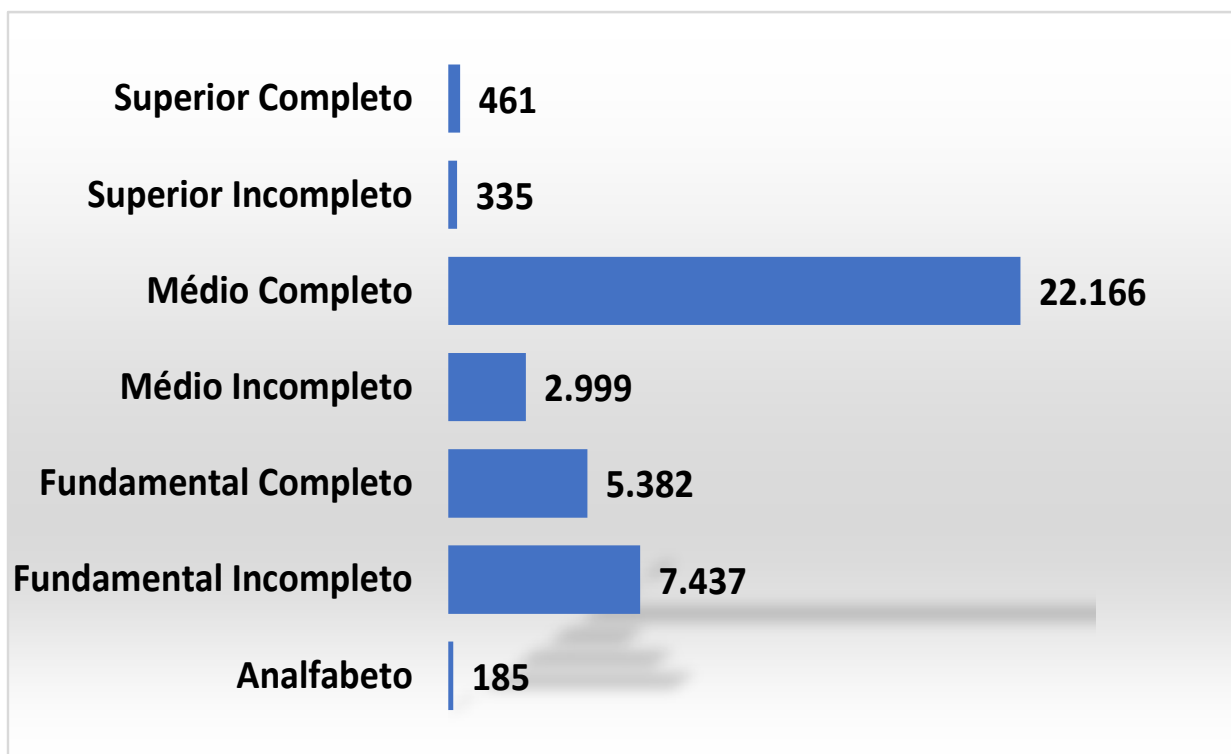
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Janeiro 2023)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução (Janeiro 2023)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária (Janeiro 2023)



EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula